



Colégio Eduardo Claparède

Sociedade de Reeducação Lda.
Praça Andrade Caminha N.º 5 1700-039 Lisboa
Telef: 21 799 39 82 Fax: 21 797 88 66
e-mail: col.claparede@netcabo.pt

Colégio Eduardo Claparède - Contributo

Queremos, em primeiro lugar, afirmar que temos o maior prazer e honra em receber hoje, neste colégio, a visita dos Senhores Deputados da Assembleia da República que constituem o Grupo de Trabalho da Educação Especial, agradecer a respectiva disponibilidade e aplaudir a metodologia seguida quanto às visitas ao terreno e aos debates prévios à alteração do D.L. 3/2008 de 7 de Janeiro.

Agradecemos também a todos os convidados que, certamente com esforço pessoal, puderam e quiseram estar presentes nesta reunião.

Fazendo uma pequena apresentação do nosso colégio:

O Colégio Eduardo Claparède existe há cinquenta e nove anos, fundado por João dos Santos, de entre outras personalidades.

Tem atualmente cerca de oitenta alunos e conta com a colaboração de trinta e cinco profissionais dedicados.

Foi nos anos cinquenta, neste colégio e com João dos Santos que nasceram outros projetos que depois se autonomizaram, e são hoje instituições de referência - Fundação Liga, Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian e Centro Helen Keller.

João dos Santos manteve durante toda a sua vida uma estreita relação pessoal e profissional connosco, lutando sempre para proporcionar as condições ideais ao desenvolvimento da criança e um atendimento o mais adequado possível a todas as crianças e jovens "diferentes".

Assim, continuou a criar respostas ao nível da saúde mental e da educação, fundando os Centros de Saúde Mental Infantil e Juvenil, a Casa da Praia e o Instituto de Apoio à Criança.

Como nos dizia João dos Santos:

O Colégio Claparède é uma pequena escola de ambiente familiar.

Partilha-se a convicção de que o ambiente é influenciador do acto educativo.

É importante o facto de as crianças e jovens se identificarem com o espaço onde estão e, nesse sentido, as paredes devem tornar-se falantes.

As paredes devolvem aos alunos uma imagem dos seus trabalhos, das suas vivências, logo, daquilo que nelas tem valor.

Às obras dos alunos juntam-se as fotografias de acontecimentos vividos em comum, que fazem a história da instituição.

Entendemos que o ambiente do colégio se deve assumir como criativo, re-construtivo e onde o simbolismo, a realidade e o afeto se encontrem interligados.

Citando João dos Santos:

“Não se aprende nem se ensina sem afetividade”

“O pensar nasce do sonho. Deixem as crianças sonhar...”

“Dançar, dramatizar está na origem de tudo o que é pensar”

“Aprender é sentir, participar e aceitar a lei natural e a lei do grupo humano”

Com ele aprendemos a atender crianças e jovens com necessidades educativas especiais, défices cognitivos, desarmonias evolutivas, distúrbios da personalidade, perturbações emocionais e outras, nesta pequena escola que lhes proporciona um ambiente estruturante, contentor e protetor, com limites bem delineados, numa relação privilegiada com adultos de referência, especializados e disponíveis, que contribui para a sua organização interna.

Com ele aprendemos que estes alunos devem dispor, neste ambiente, de uma equipa multidisciplinar que desenvolva uma pedagogia terapêutica adaptada a estas crianças e jovens, diferenciada, pluri e transdisciplinar, que proporcione as necessárias adequações ao seu processo educativo e promova a sua integração social, a sua autonomia e a construção de um projecto de vida, numa estreita ligação com a família, com outros parceiros educativos e com a comunidade.

Com ele aprendemos também quão necessária é a liderança, a estabilidade de toda a equipa, docente, técnica, auxiliar de ação pedagógica e de assistência operacional.

Para além do Ministério da Tutela, trabalhamos num diálogo permanente e em articulação com as famílias, com equipas da SCML e com diversos organismos de outros Ministérios, nomeadamente Segurança Social, Justiça e Saúde.

Estas interações interinstitucionais têm-se revelado uma enorme mais-valia na adequação dos percursos escolares e na avaliação e decisão dos projetos de vida dos nossos alunos.

No colégio sempre defendemos uma cultura de partilha, de colaboração e de troca de experiências e saberes.

Exemplos desse trabalho de partilha, são as parcerias que temos desenvolvido ao longo dos anos com: Fundação LIGA, Câmara Municipal de Lisboa – Quinta Pedagógica e Quinta dos Arcos, Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva, Museu das Comunicações, Chapitô, Escola EB1 Bairro de S. Miguel, Escola EB1 Alvalade, pequenas empresas locais e outras: Pierre Fabre, Oficina Automóvel A. M. Sousa, Oficina Auto Sebi, BP do Areeiro, Supermercado Pingo Doce, etc.

Sem qualquer financiamento no projeto “*O Claparède vai à Escola*”, firmámos parcerias enquanto CRI com algumas escolas públicas de ensino regular, nomeadamente Agrupamento Vertical de Escolas das Olaias, Agrupamento de Escolas de Telheiras e Agrupamento de Escolas Luís António Verney.

Também no âmbito do desporto a parceria com o “Special Olympics” tem sido muito enriquecedora e versátil permitindo aos alunos vivenciarem experiências de partilha entre crianças e jovens de todo o país, promovendo a sua formação integral, o reforço da sua autoestima e de um saudável espírito de competição.

O colégio também tem desenvolvido parcerias com Instituições de Ensino Superior, nomeadamente ISPA, Instituto PIAGET, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil e Universidade Lusíada, disponibilizando a nossa instituição para a realização de estágios académicos e profissionais nas áreas da psicologia, reabilitação psicomotora, enfermagem, educação e musicoterapia.

É indiscutível que todos defendemos uma escola inclusiva, mas, também temos a responsabilidade e o dever de dar uma resposta de qualidade e tão adaptada e eficaz quanto necessário, a toda e qualquer criança ou jovem.

Citando Carlos Nunes Filipe e a sua recente intervenção, no passado dia 09.05.2012, na Assembleia da República: *“O ensino inclusivo, sendo eventualmente o desejável, não é necessariamente o melhor (ou não é sequer possível) em todos os casos; o ensino especial não é sempre (apesar de ser muitas vezes...) a melhor solução.”*

Citando agora Rodrigo Queiroz e Melo também na sua recente intervenção no passado dia 09.05.2012, na Assembleia da República: *“A educação especializada em meio próprio, a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, existe em todos os países desenvolvidos e cumpre um papel não substituível nos casos em que a aplicação das medidas previstas do DL 3/2008 de 7 de Janeiro, não são suficientes, ou, as mais adequadas.”*

“A Lei 21/2008 de 12 de Maio admite o recurso ao ensino especial para os casos em que a aplicação das medidas previstas no DL 3/2008, “se revele comprovadamente insuficiente em função do tipo e grau de deficiência do aluno”, após um “processo de referenciação e de avaliação” (Artigo 4º, nº7).”

Contudo, a prática nem sempre decorre nestes termos.

No caso de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, por maioria de razão, a opinião dos pais e a sua decisão quanto ao projeto de vida dos filhos, deveria merecer maior respeito por parte da administração educativa.

Em nossa opinião proporcionar a escolha de diferentes modelos educativos, não é excluir.

Citando mais uma vez João dos Santos: *“se a vida familiar e social conduzir o homem para a solidão da sua realidade exclusiva e só lhe permitir o diálogo interior, o homem automatiza-se e, aliena-se”.*

Ao entendermos a criança como um ser único nas suas múltiplas dimensões, devemos lembrar que a sua educação se deve desenvolver não só no seio da família e da escola, mas também, no seio da comunidade.

Por esse motivo procuramos proporcionar aos nossos alunos vivências diversificadas, de forma a levá-los a participar em experiências de aprendizagem ativa, significativa, integrada e socializante.

A socialização faz-se também com a família, nos trabalhos de parceria desenvolvidos com outras escolas, em momentos de cultura, de desporto, de lazer, etc.

Exemplos desse trabalho são os teatros apresentados pelos nossos alunos em escolas do ensino regular e outras instituições, visitas a exposições posteriormente exploradas no colégio, idas a espetáculos, ateliers e workshops, participação em eventos desportivos e campeonatos, nacionais, regionais e internacionais, acantonamentos, acampamentos, etc.

A educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais não deve ser exclusivamente inclusiva.

A inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais na escola de ensino regular, sendo possível, é a indicada, desde que aquela disponha dos recursos humanos, técnicos e materiais necessários e adequados à especificidade das diversas situações.

A inclusão mal cuidada pode vir a revelar-se um fator de exclusão.

Contudo, num subconjunto limitado de casos, um ambiente mais pequeno, contendor e estruturante, pode mostrar-se mais adequado do que o da escola regular, já que, esta, pela sua dimensão e pelas suas características de interactividade generalizada, tem mais dificuldade em fornecer.

Parece-nos aliás, existir uma aproximação a esta realidade na criação das U.E.E. e nas U.A.A.M. da escola de ensino regular, às quais têm sido atribuídos recursos muito significativos, mas sempre insuficientes, como se constatou no último debate sobre educação especial, na Assembleia da República, em 09.05.2012.

A propósito de recursos e a título de informação, gostaríamos de referir que o valor das mensalidades praticadas nestes estabelecimentos de ensino e publicadas em Diário da República, não é revisto desde 2008, e, de 1993 a 2011, esse aumento não chegou aos 28%, enquanto a inflação no mesmo período e segundo dados do Banco de Portugal, foi de 76,5%.

Estas dificuldades económicas tornam-se ainda mais graves quando necessitamos de dar resposta a situações de crescente complexidade - muitos dos alunos que atendemos, sem resposta na escola regular, apresentam graves perturbações emocionais e da personalidade, exigindo portanto, um reforço e diversificação de recursos humanos.

Citando mais uma vez João dos Santos: *“Se a criança não pode dar seguimento a certas fantasias ligadas à depressão, angústia, carências e revolta, a criança AGE”*.

Citando Strecht, P. (2003): *“são crianças com uma intensa desintegração psíquica, com total ausência de limites entre mundo interior e mundo exterior e que muitas vezes usam a violência como a forma preferencial e quase única de comunicação”*.

Acreditamos ser uma componente indispensável da rede escolar e acreditamos que a todos compete refletir, antes que, por via legislativa, se possa vir a destruir instituições

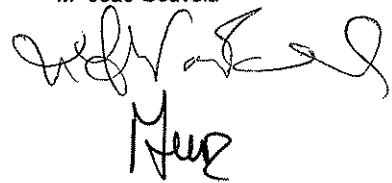
onde, a experiência, o saber e a prática, se reúnem para dar uma resposta de qualidade a um grupo reduzido de alunos que a não têm encontrado na escola regular.

Esperamos que esta visita, esta reunião e este documento possam constituir matéria de reflexão na avaliação que a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura está a desenvolver relativamente à legislação aprovada em 2008, na área da educação especial.

Lisboa, 14 de Maio de 2012

M^a Isabel Vaz Pereira

M^a João Gouveia

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is a cursive script, likely belonging to M. Isabel Vaz Pereira. The bottom signature is a more stylized, blocky script, likely belonging to M. João Gouveia.